

O PROGRAMA PÉ-DE-MEIA LICENCIATURAS: INCENTIVO FINANCEIRO OU INCONSISTÊNCIA POLÍTICA?

Juliana Suellen Gomes Figueiredo¹
Ana Lúcia Felix dos Santos²

RESUMO: O estudo aborda o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas e tem como objetivo geral compreender como esse Programa tem sido representado e inserido no cenário das políticas públicas voltadas à formação de professores no Brasil. O Programa Pé-de-Meia Licenciaturas consiste numa ação do governo federal para atrair, apoiar financeiramente e reter estudantes em cursos presenciais de licenciatura. A pesquisa, de base qualitativa, realizou análise documental em documentos oficiais e análise de conteúdo de manifestações midiáticas. Os resultados revelaram que esse Programa, apesar de surgir em resposta a um problema urgente, suas inconsistências e foco no incentivo financeiro, o torna insuficiente para o enfrentamento do “apagão docente” que só se alastra.

Palavras-Chave: Políticas educacionais; Programa Pé-de-Meia Licenciaturas; Formação docente.

Introdução

O Programa Pé-de-Meia Licenciaturas surge em um cenário de crise na valorização da carreira docente e desinteresse crescente pelos cursos de licenciatura. Com a proposta de oferecer apoio financeiro a estudantes de licenciaturas, o Programa se apresenta como uma Bolsa de Atratividade para a Docência na esfera do Programa Mais Professores para o Brasil³ (Brasil, 2025). Dentre seus principais objetivos, estão os de atrair estudantes para os cursos de licenciatura e reduzir a evasão desses mesmos cursos. Assim, como combater o ‘apagão de professores’ no nosso país incentivando os jovens a ingressarem nos cursos de licenciaturas e, posteriormente, atuarem nas redes públicas de ensino. Algumas críticas já são possíveis de serem destacadas, como é o caso da ausência de ações afirmativas no interior do Programa. Diante disso, é fundamental compreender como ele está sendo construído e

¹ Concluinte 2025.2 do Curso de Pedagogia - Centro de Educação - UFPE - juliana.figueiredo@ufpe.br;

² Professora Titular do Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação (DPSI) - Centro de Educação - UFPE - ana.fsantos@ufpe.br (Orientadora).

³ O Programa Mais Professores para o Brasil, é um programa que integra ações cujo objetivo é “valorizar e qualificar o magistério da educação básica e incentivar à docência no Brasil” (Brasil, 2025).

percebido socialmente, tanto nos documentos institucionais quanto nos meios de comunicação e redes sociais. Este estudo busca contribuir para o entendimento dessa ação, considerada como uma estratégia de política educacional e de seus possíveis impactos na escolha profissional dos estudantes.

O interesse em pesquisar o Programa surgiu de uma observação pessoal durante as apresentações dos diversos grupos de alunos a cada novo semestre quanto às suas motivações pela escolha da Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, a qual sou vinculada. É a partir das falas desses alunos e surgimento recente do Programa que passo a refletir sobre o possível aumento nas escolhas pelos cursos de Licenciaturas, diante do atrativo financeiro ofertado pelo Pé-de-Meia Licenciaturas, evidenciando uma preocupação quanto à pouca atratividade dos cursos de formação de professores no país.

A preocupação desse tipo de Programa gira em torno da criação de estratégias para que o estudante desses cursos possa permanecer e concluir o mesmo com sucesso. Essa não é uma preocupação nova do ponto de vista da implementação de políticas e programas educacionais brasileiros iniciativas anteriores como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)⁴. Embora tenham objetivos e estratégias distintas, tanto o PIBID quanto o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas integram um conjunto de ações voltadas ao enfrentamento da evasão e à valorização da carreira docente, ainda que o Pé-de-Meia Licenciaturas traga como elemento central o incentivo financeiro direto à permanência estudantil.

O Pé-de-Meia Licenciaturas, foco específico deste estudo, surge como uma ação recente de enfrentamento à crise docente no contexto brasileiro, e merece um olhar crítico sobre seu alcance e limites no campo da formação docente. Diante do exposto elaboramos o seguinte problema de pesquisa: quais as motivações e possíveis contribuições desse Programa expressos em seus documentos oficiais? Como a mídia vem retratando esse movimento?

⁴ O PIBID criado com base na Portaria nº 38, de 12 de dezembro de 2007 e executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem como objetivo sintetizado a valorização docente desde os primeiros semestres da graduação, propiciando aos licenciandos maior aproximação entre teoria e prática a partir da sua inserção em escolas públicas parceiras das universidades federais de ensino superior, a fim de construir uma formação mais sólida, além de ofertar apoio financeiro aos estudantes participantes dos projetos vinculados ao Programa em questão (Brasil, 2007).

A partir disso, desenvolvemos o seguinte objetivo geral: compreender como o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas tem sido representado e inserido no cenário das políticas públicas voltadas à formação de professores no Brasil. Estabelecemos como objetivos específicos: Identificar e catalogar os documentos oficiais produzidos pelo governo federal sobre o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas; Analisar o lugar do Programa no contexto das políticas públicas de valorização da formação docente; Analisar materiais midiáticos que circulam a respeito do Programa.

Para dar conta dos objetivos, o artigo foi estruturado da seguinte maneira: após essa Introdução, apresentamos nossa Fundamentação Teórica e o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas; na sequência trazemos o item da Metodologia; damos continuidade com um item sobre as Análises dos dados; por fim, expomos as Considerações Finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando o foco no entorno do emergente Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, esta busca contextualizar o Programa enquanto uma política pública: Com esse intuito, serão abordados os conceitos de política educacional e política pública, bem como a pertinência da qualidade na formação superior e os desafios históricos e contemporâneos na formação docente. Por fim, discutiremos sobre o Pé-de-Meia Licenciaturas como uma bolsa atratividade “salvadora” da iminente escassez docente, visando apresentar seu desenho institucional.

Políticas Públicas e Educacionais: conceitos e implicações para o incentivo a formação docente

Na esfera das políticas públicas, é fundamental entendê-las como um conjunto de iniciativas, regulamentos e decisões estabelecidas pelo Estado cujo objetivo é atender às necessidades públicas e promover o bem-estar da população. Dye (1984 *apud* Souza, 2006, p.5) sistematiza a política pública como “tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer”, significa dizer que a ausência do poder público na prontidão frente a uma demanda social, também configura uma escolha política. Trata-se, portanto, de um processo

político e técnico que envolve diagnóstico de problemas sociais, definição de prioridades, elaboração de programas e aplicação de recursos, na tentativa de solucionar problemas públicos, problemas estes realizados dentro de uma arena de disputas, como afirma (Souza, 2006).

Considerando a educação, Viegas (2014, p.5), aponta que:

[...] os embates e as disputas ocorrem em todos os níveis e em todas as arenas do contexto educacional envolvido na formulação e implementação de políticas: nos conselhos regionais, conselhos escolares, comissões das escolas responsáveis pelos recursos, dentre outros.

Assim, cabe sinalizar as políticas educacionais como a materialização das políticas públicas, voltadas para o planejamento, execução e avaliação de ações que recaem diretamente sobre o sistema educacional; envolve decisões relacionadas à organização da educação nacional, financiamento, currículo, formação de professores, avaliação, inclusão, entre outros aspectos (Mainardes, 2018).

Essas políticas expressam os interesses sociais, econômicos e ideológicos dos grupos que detêm o poder em determinado contexto histórico e influenciam diretamente a qualidade e o acesso à educação. Em linhas gerais, as políticas educacionais funcionam como as “regras do jogo” que guiam como a educação nas instituições privadas e/ou públicas deve acontecer, que tem por horizonte atender às necessidades da população e aos objetivos estabelecidos por leis, apesar do seu ciclo de exclusão e seletividade na batalha entre avanços e retrocessos, refletindo sempre tensões entre demanda social por equidade, qualidade, os limites orçamentários e institucionais do Estado (Azevedo, 2000).

As políticas educacionais brasileiras estruturam-se, em sua maior parte, a partir de marcos legais que definem não apenas os níveis e diretrizes do ensino, mas também os instrumentos de financiamento e os programas e projetos educacionais que são dirigidos a diferentes âmbitos educativos. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) estabelecem os princípios e metas que orientam as ações do Estado, enquanto o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) buscam garantir o financiamento da educação básica no nosso país.

No caso do ensino superior, não há uma política de vinculação de recursos como acontece com a educação básica, mas, além do financiamento mais geral para esse âmbito educacional, há ainda programas federais complementares de bolsas que almejam garantir a viabilidade orçamentária e ampliar o acesso e permanência no ensino superior, a exemplo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que busca garantir a permanência dos estudantes dentro das instituições públicas de ensino superior.

Promulgada em dezembro de 1996, a LDB consolidou-se como o alicerce jurídico-pedagógico do sistema educacional brasileiro. A qual define as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de organizar os níveis de ensino da educação infantil ao ensino superior. Quando nos referimos às políticas para formação docente, encontramos entre seus dispositivos o Art. 61, que estabelece a obrigatoriedade de estágios supervisionados desde os primeiros semestres dos cursos de licenciatura e prevê a formação continuada para os docentes, com o objetivo de superar a fragmentação entre teoria e prática na formação inicial (Brasil, 1996). O PNE, instituído pela Lei 13.005/2014, em consonância com a LDB, estabelece vinte metas voltadas à expansão do acesso, à melhoria da infraestrutura escolar, à promoção da alfabetização plena, à inclusão de alunos com deficiência e à valorização dos profissionais da educação. Dentre essas metas, fazem parte a universalização do ensino fundamental e a formação de pelo menos 75% dos docentes em nível superior (Brasil, 2014).

No plano do financiamento, o FUNDEB reformulado em 2020 pela Emenda Constitucional 108/2020, assume papel central ao redistribuir recursos entre os entes federativos e elevar gradualmente sua complementação federal de 10% para 23% até 2026 (Brasil, 2020). Esse aporte reforçado busca reduzir as desigualdades regionais e aprimorar a valorização salarial dos professores da rede pública, criando o espaço fiscal necessário para o investimento em iniciativas de formação docente. Apesar de ser considerada uma conquista no campo educacional, a reformulação do FUNDEB tem gerado questionamentos sobre sua real capacidade de atender aos interesses públicos. Há críticas quanto à abertura, ainda que parcial, para o financiamento de instituições privadas com recursos públicos, movimento impulsionado por setores conservadores. Tal possibilidade pode representar um risco à ampliação da

mercantilização da educação, mesmo em um cenário de avanços nas políticas de financiamento (Gluz, 2021).

Os programas de incentivo ao ensino superior complementam a estrutura de financiamento do FUNDEB, este direcionado à educação básica, enquanto a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) visa fomentar “programas de formação inicial e continuada” (Canan, 2012, p.7), sob o Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009. Estes Programas surgem como instrumentos fundantes na tentativa de reverter o processo depreciador da profissão e assegurar a formação inicial e continuada dos professores. Luiz Dourado (2015), aponta a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, como uma ação imprescindível para a profissionalização docente, ao contribuir com a indução de uma formação inicial de qualidade. Instituída pelo Decreto nº 6.755/2009, posteriormente revogado e substituído pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, essa política tem como objetivo “[...] organizar e efetivar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em estreita articulação com os sistemas, redes e instituições de educação básica e superior, a formação dos profissionais da educação básica” (Dourado, 2015, p.3).

A preocupação com a formação docente no Brasil é histórica, marcada pela baixa procura pelos cursos de licenciatura e pela desvalorização da carreira. Problemas como currículos fragmentados e pouca articulação entre teoria e prática agravam esse cenário, gerando evasão e reduzindo a atratividade da docência (Gatti, 2010). Na tentativa de enfrentar essa realidade, o governo federal tem implementado políticas e programas voltados à indução e valorização da docência, diante disso foram criados programas como o PIBID e a Residência Pedagógica (este descontinuado pela CAPES em 2024), ambos os programas criados com o pilar de aproximar os licenciandos da escola básica. O PIBID se desenvolve a partir de uma perspectiva formativo-pedagógica e reflexiva, e é considerado fundamental para a reflexão e formação da identidade profissional docente, “pois nos proporciona uma conscientização sobre o verdadeiro papel do professor, já que vivenciamos as experiências da docência, ainda que em menor proporção” (Anjos e Costa, 2012, p.3).

Mais recentemente, foi criado o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, este implementado em 2025, que visa reduzir a evasão nos cursos de licenciaturas por meio da concessão de bolsa atratividade à docência ligada à nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob a perspectiva financeira e de permanência dos beneficiários (Brasil, 2025). A análise deste Programa será aprofundada nos próximos capítulos. Pode-se dizer que, tanto o PIBID, como o Pé-de-Meia Licenciaturas são ações que revelam o esforço do Estado na superação da crise docente.

Essas iniciativas combinam estratégias pedagógicas e mecanismos financeiros com o objetivo de estimular o ingresso e a permanência de estudantes em cursos de licenciaturas, para a formação de novos professores no sistema educacional público. Contudo, é importante frisar que as políticas de incentivo à docência não devem se limitar ao auxílio material, mas devem articular meios que favoreçam um processo formativo de qualidade e fortalecimento do compromisso com a docência. Com efeito, a qualidade no ensino superior está ligada à ideia da democratização do acesso e sobretudo a permanência, logo não deve ser vista ao modo reducionista da lógica do mercado atribuída a indicadores quantitativos, mas sim relacionada à educação pública como um bem público de direito, à equidade e “[...] à construção de sujeitos sociais, e não somente para parcela privilegiada da sociedade e para o fortalecimento do individualismo. A qualidade tem uma irrecusável dimensão social e pública” (Sobrinho, 2010, p.3).

Formação docente em cursos de licenciaturas no contexto brasileiro

A trajetória que leva ao exercício da docência representa um momento decisivo na vida dos indivíduos, marcado por influências pessoais, sociais, históricas e culturais. No ensino superior brasileiro, a opção pela carreira docente reflete tanto as representações construídas ao longo da história quanto os desafios atuais da formação inicial de professores. Segundo Pimenta (1999 *apud* Pimenta; Anastasiou; Cavallet, 2003, p.11):

O processo identitário se constrói a partir dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições, pelo significado que cada professor como autor e ator confere à atividade docente em seu cotidiano, pela discussão da questão do conhecimento como ciência e da construção dos saberes pedagógicos.

Historicamente, o imaginário coletivo sobre o papel do professor oscila entre duas visões contrastantes: de um lado, a docência é idealizada como um chamado que exige dedicação e “vocação”; do outro lado, sofre desvalorização diante das condições sociais e econômicas em que se insere. Essas percepções moldam diretamente a motivação dos ingressantes em cursos de licenciatura, que por vezes são atraídos pelo potencial de contribuição social da profissão, mas também se veem inseguros quanto às perspectivas de carreira, remuneração e reconhecimento profissional.

A lacuna entre as expectativas iniciais e a realidade do exercício docente pode gerar frustração e até desistência durante o percurso acadêmico. A falta de informação sobre as verdadeiras condições de trabalho e a influência de fatores externos como o mercado de trabalho e a valorização social da profissão ampliam esse descompasso, revelando a necessidade de uma orientação mais consistente aos futuros professores. Nesse contexto, Nóvoa (1992, p.15) destaca que:

O trabalho centrado na pessoa do professor e na sua experiência é particularmente relevante nos períodos de crise e de mudança, pois uma das fontes mais importantes de 'stress' é o sentimento de que não se dominam as situações e os contextos de intervenção profissional.

Ao analisar a docência no que tange os salários deprimentes, jornadas exaustivas, falta de reconhecimento social e alertas ao aumento do adoecimento docente, é possível relacionar a discussão de Antunes (2018) diante a precarização do trabalho da sociedade contemporânea e a ascensão acelerada das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação), ao afastamento dos jovens das licenciaturas, agravando o iminente apagão docente. A formação de professores deve ser compreendida como uma prática social mediada pela educação, que expressa o interesse de classes e projetos de sociedade, assim, “a prática social põe-se, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa” (Saviani, 2007, p. 25).

Os estudos sobre a formação docente têm um espaço de destaque nas pesquisas educacionais, sendo atravessados pelas políticas educacionais, que na tentativa de solucionar suas problemáticas, acabam por reforçar a precarização docente. Gatti (2013-2014) acende um alerta em torno dos currículos de licenciaturas brasileiros, sendo esses deficitários de significados entre teoria e prática, a autora afirma que em relação à formação inicial

docente, “[...] não tivemos até aqui iniciativa nacional forte o suficiente para adequar o currículo às demandas do ensino, iniciativa que levasse a rever a estrutura dessa formação nas licenciaturas e a sua dinâmica [...]” (p. 36).

As fragilidades até o momento apresentadas desconstroem gradualmente as expectativas dos estudantes, evidenciando uma crise de identidade durante a formação inicial. Segundo Bourdieu e Passeron (1992), a escolha profissional também está atrelada ao capital cultural e às redes de influência social. Alunos provenientes de contextos de maior escolarização tendem a buscar cursos de prestígio (Medicina, Direito, Engenharias...), enquanto aqueles com menor capital cultural podem direcionar-se à docência como caminho de ascensão social. Contudo, a precariedade das condições profissionais pode desestimular a permanência desses futuros professores, agravando desigualdades educacionais e reforçando o ciclo de desvalorização.

Assim, a decisão de ingressar em um curso de licenciatura no Brasil resulta de um complexo conjunto de motivações históricas, sociais e individuais. Nesse contexto, as políticas públicas de incentivo surgem na tentativa de reverter esse quadro crítico. No entanto, a sua efetividade precisa ser ampliada e correlata a um projeto de formação inicial crítica e reflexiva, que promova um diálogo entre a universidade e a educação básica, como o caso do PIBID, reforce o compromisso social e assegure condições reais de permanência dos estudantes dos cursos das licenciaturas.

O Programa Pé-de-Meia Licenciaturas no campo das políticas educacionais

Sob à luz dos desafios identificados na formação docente, o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas surge como a mais nova iniciativa no campo das políticas educacionais, voltada para o incentivo à formação docente. Integrado ao Programa “Mais Professores para o Brasil” instituído em 14 de janeiro de 2025 pelo Decreto nº 12.358, executado pela CAPES, com a coordenação da Secretaria de Políticas e Programas do Ministério da Educação (MEC), financiado por um banco público (Brasil, 2025). O Programa tem o objetivo de alcançar alunos com alto desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para ingressarem nos cursos de licenciaturas diversas presenciais, com o atrativo financeiro para a permanência, conclusão desses cursos e exercício da docência em escolas públicas.

O Programa prevê a concessão de bolsas no valor de R\$1.050 mensais, sendo R\$700,00 para saque imediato e R\$350,00 depositado numa conta poupança do beneficiário, pagas pelo Banco do Brasil, a ser liberado após a conclusão do curso e inserção na carreira docente da rede pública, no prazo de dois anos. O Art.2º da Portaria CAPES nº 6, de 15 de janeiro de 2025 (Brasil, 2025), define os objetivos do Programa:

- I - atrair estudantes que obtiveram alto desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem para cursos presenciais de licenciatura;
- II - oferecer apoio financeiro e acadêmico para que os estudantes possam se dedicar integralmente às atividades acadêmicas e de estágio supervisionado obrigatório do curso;
- III - incentivar o ingresso de concluintes das licenciaturas na carreira docente;
- IV - diminuir a evasão nos cursos de licenciatura; e
- V - contribuir para a melhoria da educação básica pública.

Dados levantados por um grupo de pesquisa em Educação e Políticas Públicas da Revista Pesquisa Fapesp (2023-2024), traz informações relevantes realizadas no período de 2010 a 2021 pelo Censo Escolar (Brasil, Inep, 2021), onde no ano de 2010 o número de concluintes passou de 123 mil, para 111 mil em 2021, no que concerne a formação de futuros professores em áreas específicas da educação básica. A pesquisa aponta que as áreas de maior déficit “[...] são as de ciências sociais, música, filosofia e artes, que apresentaram as menores quantidades de matrículas em 2021, e as de física, matemática e química, que registraram as maiores taxas de desistência acumulada na última década” (Ferreira, s.d. *apud* Queiroz, 2024). Já o Censo Escolar de 2023, estabelece relação da formação superior nas licenciaturas com o recorte regional, o qual identifica um menor percentual referente ao ensino fundamental anos finais, “[...] nas regiões Norte, Nordeste e em parte do Centro-Oeste. No ensino médio não se identifica padrões evidentes entre as grandes regiões” (Brasil, Inep, 2023). A seguir trouxemos uma tabela representativa dos dados por região, extraída do Censo Escolar 2023:

Tabela 1 – Porcentagem de disciplinas ministradas por professores nas regiões do Brasil

PERCENTUAL DE DISCIPLINAS MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR DE LICENCIATURA NA MESMA ÁREA POR REGIÃO, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO - 2023

Etapa de ensino	Região					
	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Ensino Fundamental	68,4%	61,6%	57,1%	74,7%	76,4%	77,1%
Anos iniciais	74,9%	76,2%	65,3%	77,3%	81,3%	84,3%
Anos finais	60,4%	47,7%	47,3%	71,2%	69,6%	67,2%
Ensino médio	68,2%	66,3%	63,9%	71,3%	68,4%	70,3%

Fonte: Censo Escolar Inep, 2023.

Diante os dados apresentados, a fim de cumprir a ação que se propõe o Programa, em auxiliar a permanência estudantil, bem como incentivar sua conclusão, profissionalização dos recém-ingressos e tão somente combater o “apagão” docente, em sua primeira edição, serão ofertadas 12.000 mil bolsas a estudantes que optarem pelas licenciaturas na modalidade presencial no primeiro semestre de 2025, com distribuição preferencial aos ingressos nas IES (Instituições de Ensino Superior) pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada). Quanto às vagas remanescentes, estas serão distribuídas para ingressantes via PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), respectivamente, conforme edital da CAPES (Brasil, 2025).

Apesar do potencial aparente, o Programa suscita questionamentos importantes. O apoio financeiro, pode representar um avanço na permanência de forma qualificada, mas o desempenho ligado a nota do ENEM e a bonificação individualizada como forma de concessão pode reforçar um viés meritocrático silencioso. Ball (2006) lança luz sobre como as políticas educacionais contemporâneas podem desviar a responsabilidade estrutural para o indivíduo, sem enfrentar os fatores que solidificam a evasão docente. O autor afirma que:

As disciplinas e os efeitos de mercado estão enraizados em uma psicologia social do “auto-interesse, esse grande instrumento do progresso material, [que] nos ensina a respeitar resultados, não princípios” (Newman, 1984, p.158). Consequentemente, os novos mercados sociais são definidos por uma mistura de incentivos e recompensas que permitem estimular respostas auto-interessadas (Ball, 2006, p. 13).

Desse modo, o presente trabalho busca compreender o local ocupado pelo Pé-de-Meia Licenciaturas, no contexto das políticas públicas de valorização à docência, a partir dos registros oficiais e a sua representação nos meios midiáticos. Pretendo, portanto, contribuir com uma reflexão crítica no que

tange o Programa em estudo, no momento que a profissão encontra-se fragilizada e sob ataque por vezes sutil da lógica do mercado.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, apoiada no método da pesquisa documental, com foco na análise de fontes primárias e secundárias, pois segundo Helder (2006, p.1-2 *apud* Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 3) “a técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor [...]”. O estudo buscou compreender como o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas tem sido representado e inserido no cenário das políticas públicas voltadas à formação de professores no Brasil.

A análise documental, consistiu na identificação, seleção e organização sistemática dos registros coletados sobre o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, considerando tanto a produção normativa estatal quanto às manifestações públicas sobre o tema. Assim, a técnica utilizada para o tratamento dos materiais foi a análise de conteúdo conceituada por Bardin (2002, p. 38) como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A partir dessa perspectiva, a análise foi dividida em três etapas primordiais: a primeira etapa consiste na pré-análise diante a organização do material e leitura flutuante para identificação de recortes relevantes, pois segundo Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2002) “é a familiaridade com o estado do conhecimento na área que torna o pesquisador capaz de problematizar o tema e indicar contribuição que seu estudo pretende fazer a expansão do conhecimento” (p. 182). A segunda etapa contou com o levantamento empírico para a codificação e categorização dos conteúdos conforme os temas de formação docente e políticas educacionais. Ainda nessa etapa foi realizada a construção de quadros elencando os documentos oficiais que embasam os programas e materiais midiáticos, e dessa forma garantem a riqueza de informações que podem ser extraídas dos documentos utilizados. Por fim, na terceira etapa foi realizado o tratamento dos resultados obtidos para a interpretação dos dados à luz das políticas públicas educacionais, com base

em referenciais teóricos sobre formação docente e programas de indução à licenciatura.

O *corpus* da pesquisa tomou por base dois conjuntos de documentos: (1) os documentos oficiais elaborados e divulgados pelo Governo Federal, sendo eles: decreto, portaria, edital, dados disponíveis em plataforma oficiais; (2) materiais midiáticos, que tratam dos programas de incentivo à formação docente, com foco no Programa Pé-de-Meia Licenciaturas. Listados nos quadros a seguir:

Quadro 1. Documentação oficial

Edital 1/2025 - Seleção de estudantes e os procedimentos relativos à Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas.
Portaria CAPES nº 6, de janeiro de 2025 - Dispõe sobre o regulamento Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas.
Decreto nº 12. 358, 14 de janeiro de 2025 - Institui o Programa Mais Professores para o Brasil Art. 11 ao 14.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2. Materiais midiáticos

Materiais Midiáticos	Quantidade
Comentários no <i>Instagram</i>	18
Artigos em <i>sites</i>	2
Nota Pública em Defesa da instituição de política de estado para a formação e valorização dos profissionais da educação básica (ANPAE ⁵)	1

Fonte: Elaboração própria.

Face ao exposto, conforme Silveira e Córdova (2009), essa abordagem possibilita investigar e interpretar dados ricos e inseridos em seus contextos, contribuindo para a geração de novos conhecimentos. Busca-se, assim, apreender diferentes significados e, nas palavras de Maanen (1979a, p. 520, *apud* Neves, 1996, p. 1), “traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social”.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

⁵ A nota é apoiada por diversas instituições acadêmicas, sindicais e de pesquisa, como por exemplo: ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, dentre outras.

1. O Programa Pé-de-Meia Licenciaturas do ponto de vista da Lei

Embora o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas possa representar uma tentativa recente de valorização da carreira docente por meio de incentivo financeiro, sua estrutura revela fragilidades quanto à formação pedagógica e à inserção prática durante a graduação. Assim, foram selecionados para a análise os instrumentos normativos que formalizam o Programa: a Portaria CAPES nº 6/2025, o Decreto nº 12.358 e o edital de sua primeira edição. Do ponto de vista legal, os documentos estabelecem objetivos e condicionalidades para o recebimento da Bolsa Atratividade e faz-se necessário refletirmos sobre alguns pontos que já vêm sendo criticados nesse Programa.

O primeiro ponto diz respeito a um dos critérios para selecionar os beneficiários que é pautado na nota do ENEM. O Edital 1/2025, entende por “[...] alto desempenho a obtenção de pontuação igual ou superior a 650 (seiscentos e cinquenta) pontos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP [...]” (Brasil, 2025). Utilizar como critério de seleção de um Programa o alto desempenho atribuído à nota de um exame nacional, revela um caráter meritocrático, logo excludente, mediante às desigualdades estruturais de acesso à educação brasileira. Nesse sentido, a canção “Xibom Bombom”, interpretada pelo grupo As Meninas (1999) evidencia de forma artística essa disparidade ao dizer na quinta estrofe:

Mas eu só quero educar meus filhos. Tornar um cidadão com muita dignidade. Eu quero viver bem, quero me alimentar. Com a grana que eu ganho, não dá nem pra melar. (As Meninas, 1999, n.p.).

Esses versos lançam luz à luta cotidiana de muitas famílias brasileiras que, mesmo diante de condições precárias, valorizam a educação como caminho de ascensão social. No entanto, quando o acesso aos programas educacionais é condicionado ao desempenho em provas que ignoram essas desigualdades, o sistema perpetua a exclusão e reproduz o ciclo da injustiça social sob o disfarce de neutralidade avaliativa, depositando nos sujeitos a ideia de que o esforço por si só é suficiente.

O segundo ponto a ser analisado, é o incentivo financeiro centrado na lógica de permanência econômica, sem articulação direta com escolas públicas

durante o processo formativo ou com práticas pedagógicas que fortaleçam a formação do licenciando. Apesar do Programa visar o combate à evasão docente, carece de um vínculo estrutural que favoreça a construção de identidade docente e o engajamento profissional duradouro. Nesse sentido, a ausência de articulação orgânica entre os cursos de licenciatura e as instituições de educação básica, como previsto no Art. 61 da LDB e nas metas do PNE, compromete a construção da identidade docente, esvaziando a dimensão formativo-pedagógica e crítica do percurso acadêmico.

Sem a imersão nas realidades escolares, sem o diálogo entre teoria e prática e sem a mediação de experiências reflexivas, a qualidade do processo formativo tende a ser fragmentada, como alertam Gatti (2010) e Dourado (2015). Logo, ao reduzir a valorização da docência a um incentivo financeiro, o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas corre o risco de reforçar o ciclo de precarização apontado por Saviani (2007), enfraquecendo o vínculo entre universidade e escola pública e desconsiderando o compromisso ético, político e social intrínseco à prática educativa.

Outro ponto importante, o terceiro, diz respeito ao fato de que não há uma transparência de como ocorreria a distribuição das 12.000 bolsas ofertadas para os cursos presenciais de licenciaturas nesta primeira edição do Programa. Além disso, não há reserva de vagas para ações afirmativas, nem mesmo para pessoas com deficiência. O que nos leva a refletir sobre a novidade de um Programa que se exime de ações importantes para reduzir as desigualdades sociais, visto que a adoção de cotas já é algo amplamente difundido em outros programas e projetos sociais.

Há um reforço nos dados métricos em casos de empate no ponto 9.1.3 do edital, onde “será priorizado o estudante com a maior nota na redação no ENEM. Permanecendo o empate, será adotada como critério de desempate a priorização do estudante com mais idade” (Brasil, 2025, n.p.). Essa ausência de vínculo com a realidade escolar corrobora a crítica de Nóvoa (2009, p.22), que sem políticas coerentes:

[...] nada será conseguido se não se alterarem as condições existentes nas escolas e as políticas públicas em relação aos professores. [...] É inútil propor uma qualificação baseada na investigação e parcerias entre escolas e instituições universitárias se os normativos legais persistirem em dificultar esta aproximação.

O quarto ponto, trata das condições de recebimento da bolsa que mantém um controle dos sujeitos de forma silenciosa e sutil. Em consonância com o Edital 1/2025, o Art. 14 do Decreto evidencia que “Ato da Capes definirá os valores do Pé-de-Meia Licenciaturas e disciplinará os critérios de elegibilidade e as condicionalidades para o seu recebimento” (Brasil, 2025, n.p.). Por sua vez, a Portaria nº 6 de 15 de janeiro de 2025, traz maiores detalhes sobre o recebimento do valor investido pela CAPES dentro do Programa:

Art. 3º O apoio financeiro de que trata o art. 2º, inciso II, será concedido pela CAPES diretamente ao estudante beneficiado, nos seguintes termos:

I - bolsa mensal no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), durante o período regular de integralização do curso, prorrogáveis por mais doze meses em casos excepcionais, nos termos de ato do Presidente da CAPES; e

II - incentivo docência mensal, na modalidade de poupança, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), acumulado durante o período regular de integralização do curso, limitado a 48 (quarenta e oito) mensalidades.

Como se pode ver acima, a estrutura normativa define a concessão de uma bolsa mensal de R\$1.050,00, dividida em duas partes: R\$700,00 para uso imediato e R\$350,00 depositados em conta poupança, cuja condição de recebimento do valor da poupança está diretamente ligada a inserção na rede pública num prazo de cinco anos após a formatura dos então beneficiários e agora licenciados, mas essa concessão esbarra em mais outros critérios. Como então docentes da educação básica na rede pública, também é necessário manter-se efetivo dentro de um prazo de dois anos, ainda assim o valor da poupança será pago de forma parcelada, 50% do valor no primeiro ano da docência e 50% ao fim do segundo ano de atuação, conforme descrito no Art.3 § 4º da Portaria (Brasil, 2025). Por outra parte, seria necessário ações em colaboração com redes municipais e estaduais de educação para a ampliação de vagas em concursos públicos para absorver os futuros professores.

Por fim, o Edital 1/2025 infere sobre às IES a corresponsabilidade pelo fluxo correto de informações ao determinar no item 5.1.1, que “A atualização e a precisão das informações nos referidos sistemas são de responsabilidade das IES, garantindo, assim, o correto fluxo de dados para a operacionalização do programa” (Brasil, 2025, n.p.). Desse modo, esse dispositivo reforça a lógica

de responsabilização institucional descentralizada típica de políticas de gestão performática, na qual as instituições locais passam a responder tecnicamente por indicadores e dados, ainda que operem sob forte assimetria de recursos e capacidades técnicas. Como observa Ball (2006), essa lógica reorganiza relações institucionais com base na vigilância de metas, metas essas que frequentemente estão dissociadas dos contextos reais, produzindo efeitos simbólicos de “responsabilidade” sem efetiva redistribuição de poder ou de condições estruturais.

2. A repercussão do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas na mídia

Como anunciamos na metodologia deste trabalho, buscamos levantar dados em espaços midiáticos com a finalidade de ampliar as possibilidades de análises sobre o Programa Pé-de-meia Licenciaturas. Diante da repercussão do Programa, nos interessou identificar a receptividade inicial do público no meio social midiático em sua primeira edição. Assim, foram selecionados dezoito comentários da rede social *Instagram*, de três perfis⁶ cujo quantitativo de comentários era bastante significativo, é importante pontuar que as identidades dos usuários foram preservadas por questões éticas. Segue abaixo os quadros com os comentários identificados:

Quadro 3. Comentários de usuários da rede social - *Instagram*

⁶ Perfis do Instagram - Ministério da Educação (MEC - @mineeducacao); Universidade Estadual do Piauí (UESPI - @uespioficial); Damirianis Cardoso (@damieducadora).



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4. Continuação dos Comentários de usuários da rede social - Instagram



Fonte: Elaboração própria.

Nos comentários analisados fica evidente a preocupação dos usuários quanto à ênfase recorrente na dimensão econômica de apelo principal do Programa, em detrimento dos aspectos formativos-pedagógicos. As opiniões de senso comum convergem com a hipótese desta pesquisa de que a oferta do recurso financeiro como "isca" para o aumento de escolhas e permanências nos cursos de licenciaturas presenciais pode atrair indivíduos descompromissados com a educação e, ao mesmo tempo, reforçar a inserção

do poder privado dentro das IES, influenciando um viés mercadológico sobre o ensino superior o que pode afetar a atuação dos futuros profissionais docentes nas redes públicas da educação básica.

Foram identificados dois artigos para os *sites* “A Terra é Redonda” e “Capital News” com opiniões de especialistas sobre o Programa que reforçam a preocupação dos usuários do *Instagram* com o destino da formação docente no contexto brasileiro. A análise crítica presente nas matérias “Furos no Pé-de-Meia”, realizada por Wellington dos Santos (2025) e “Pé-de-Meia Licenciaturas: um incentivo justo?” por Antônio Tuccilio (2025) nos respectivos *sites*, apontam para a problemática em torno do Programa ao questionar seu caráter emergencial e superficial, ressaltando que políticas de incentivo isoladas não enfrentam os desafios estruturais da docência e podem reforçar desigualdades.

Santos (2025) aponta a formação de políticas públicas como ações paliativas sem atingir os déficits da educação, sobretudo da formação docente diante sua análise do Programa, ao afirmar que

“embora” a população brasileira reconheça a relevância da educação para o futuro do país, sua importância é frequentemente relegada a um segundo plano, sendo lembrada apenas quando os desafios sociais emergem de maneira mais acentuada, quase como um remendo (Santos, 2025, n.p.).

O ponto do Ensino a Distância (EaD) também surge como uma das fragilidades do Programa, visto que esse público é um dos excluídos para a concorrência da bolsa, mesmo sendo esta a única modalidade de ensino possível em áreas mais remotas (Tuccilio, 2025), o que pode reforçar as desigualdades regionais apontadas pelo Censo Escolar 2023. Mantém relação com o comentário de uma usuária do *Instagram* ao relatar que para ela o público do EaD também deveria ser contemplado com a bolsa, pois “[...]quem vive na batalha, já tem uma idade mais avançada, principalmente mulheres que não tem tanto tempo livre por conta da jornada, de estar em uma faculdade presencial...” (Comentário 2, quadro 4, 2025).

Observa-se o fortalecimento da desvalorização docente, visto que os licenciandos já inseridos nas IES também não foram contemplados com a bolsa atratividade. Os materiais midiáticos culminam no debate sobre o

problema de a docência estar concentrado em sua estrutura, segundo o Comentário 8 do quadro 3 (2025):

O problema está na base da profissão e não o ingressar em uma licenciatura. Inclusive, falta de professor não tem, o que temos é desvalorização profissional e por isso, muitos professores têm desistido ou ingressado em outras carreiras. A solução do problema não foi resolvida e nem se quer falada.

Os anos passam, algumas vitórias são alcançadas, como o acesso das mulheres à educação, sendo elas inclusive o maior público na Pedagogia a exemplo; mas problemas de desigualdade não são tratados em sua totalidade, conforme aponta Azevedo (2000).

Entende-se que o apoio financeiro durante a graduação é importante, mas resgatamos outro comentário aponta que apenas esse apoio não é suficiente, “A educação do Brasil vai muito além do dinheiro, é toda a estrutura da educação” (Comentário 8, quadro 4, 2025). Assim, nos questionamos sobre o lugar de aspectos quanto à reformulação dos currículos, ao apoio acadêmico, emocional e institucional, aos salários atrativos e às condições reais de ensino e aprendizagem para o exercício pleno da docência. Ao lado da cobertura midiática, observou-se também a manifestação de entidades científicas e educacionais por meio de documentos públicos.

Destaca-se também a Nota Pública em Defesa da Instituição de Política de Estado, divulgada em fevereiro de 2025 pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) em consonância com demais entidades acadêmicas e científicas como a ANPEd, ANFOPE, CNTE⁷, entre outras. O documento se posiciona de maneira crítica à implementação do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, alegando que sua criação se deu sem diálogo com as instituições formadoras e sem considerar os marcos legais previamente estabelecidos, como a Resolução CNE/CP nº 2/2015, conforme a ANPAE, 2025, p.3:

O MEC convocou diversas entidades para realizarem análises dessa pauta e apresentarem proposições. Esse trabalho foi realizado durante três meses, a partir da instituição do GT Formação Inicial de Professores - Portaria nº 587, de 28 de março de 2023). Várias proposições foram feitas direcionadas ao estabelecimento de políticas de Estado. O MEC propôs ações pontuais (ENADE Licenciaturas, Nova Resolução 04/2024, por exemplo); sem o prévio diálogo com as entidades da área educacional. Ademais, o caráter pontual das

⁷ ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; ANFOPE - Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação e CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

proposições denota a ausência de Política de Estado estruturante e elos orgânicos com outras políticas educacionais.

Segundo a Nota, trata-se de uma ação de governo que não se constitui como política de Estado, o que compromete sua continuidade, coerência com o PNE e articulação com iniciativas anteriores como o PIBID e a Residência Pedagógica (ANPAE, 2025). Entende-se por política de Estado, diretrizes, conjuntos de instituições permanentes e de longo prazo sem vínculo com o governo em exercício (Hofling, 2001). As entidades ainda alertam para o risco de enfraquecimento das políticas de formação docente ao substituir a indução pedagógica por incentivos predominantemente financeiros, reforçando uma lógica tecnocrática de gestão educacional.

A análise da repercussão do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas nas mídias mostra que, apesar do reconhecimento inicial da importância do incentivo financeiro, há críticas relevantes quanto à superficialidade da proposta e à ausência de ações estruturantes na formação docente. Os comentários evidenciam preocupação com a priorização da dimensão econômica em detrimento de aspectos pedagógicos e formativos.

Tal percepção reforça o entendimento de que políticas voltadas à valorização docente devem ir além da oferta de bolsas e envolver apoio acadêmico, melhoria das condições de trabalho e formação de qualidade, como defendem Saviani (2007) e Nóvoa (2009). As manifestações críticas de entidades como a nota da ANPAE também salientam a falta de diálogo com instituições formadoras e o risco de enfraquecimento de programas consolidados, como o PIBID. Em síntese, a repercussão do programa expressa a necessidade de políticas públicas mais integradas, de longo prazo e com foco na valorização efetiva da docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada em torno do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas revelou que, embora o Programa represente um esforço governamental para enfrentar a crise de atratividade e a evasão nos cursos de licenciatura, sua abordagem focada no incentivo financeiro suscita importantes questionamentos sobre sua aplicabilidade e manutenção a longo prazo. Com a intencionalidade de contribuir para o campo da educação ao oferecer uma análise crítica sobre

a construção e a recepção social de uma política educacional recente voltada à valorização docente. Ao investigar as representações do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas em diferentes esferas, o estudo permite refletir sobre os sentidos atribuídos à formação inicial de professores no Brasil, ampliando o debate sobre a inserção de políticas de incentivo financeiro na reversão do quadro de desvalorização das licenciaturas.

Conforme discutido, a estrutura do programa, centrada em um auxílio financeiro condicionado ao desempenho no ENEM e à futura atuação na rede pública por meio de um controle sutil dos bolsistas para a concessão do valor reservado na poupança social, arrisca-se a promover uma visão reducionista da formação docente e tratar o ensino superior como moeda de troca. Os comentários dos usuários do Instagram, validam nossa inquietação ao compreendermos que esse incentivo financeiro pode atrair indivíduos mais interessados na bolsa do que no exercício da docência, sem garantir um compromisso genuíno com a educação. Além disso, a ênfase em critérios meritocráticos, como a nota de corte, pode aprofundar desigualdades, diante da realidade daqueles que não tiveram acesso a oportunidades educacionais equivalentes, reduzindo-os a meros dados métricos, onde dentre estes pode haver aqueles com grande potencial transformador educacional e social.

A pesquisa também evidenciou uma lacuna significativa entre o incentivo financeiro e a integração com políticas pedagógicas estruturantes, como o PIBID. Enquanto o Pé-de-Meia Licenciaturas atua como um mecanismo de permanência, ele carece de uma articulação que promova a imersão na realidade escolar, uma construção de uma identidade docente crítica e reflexiva desde o início da graduação e distribuição de bolsas para as áreas das licenciaturas com o maior *déficit* de procura e formação.

Essa desconexão foi uma preocupação observada tanto nas críticas de especialistas quanto nas manifestações do público em geral, que temem o enfraquecimento de programas formativos consolidados em favor de uma solução paliativa. O que por sua vez, nos questionamos sobre o real interesse na construção de uma nova ação de enfrentamento à crise e atratividade docente, e convidamos a reflexão quanto a redistribuição de verbas e ampliação das bolsas para os projetos do PIBID, por exemplo, visto que este já está em vigor desde 2007.

Em suma, o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas apesar de surgir em resposta a um problema urgente, suas inconsistências e foco no incentivo financeiro, o torna insuficiente para o enfrentamento do “apagão docente” que só se alastra. É imperativo que as políticas públicas, sobretudo as políticas educacionais com o foco desse Programa, passem a ser pensadas e construídas para além do auxílio financeiro. Embora este também seja um fator importante para a manutenção dos estudantes durante a graduação, mas que tenham vistas para os problemas estruturais da carreira docente e lutem de fato por salários dignos, formação continuada de qualidade para docentes, valorização social da profissão, acolhimento, preservação da saúde mental dos professores e condições de trabalho adequadas. Que sejam construídas com a participação e voz ativa do seu maior e principal público-alvo: os professores.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

ANPAE. Associação Nacional de Política e Administração da Educação.
ANPAE. **NOTA PÚBLICA EM DEFESA DA INSTITUIÇÃO DE POLÍTICA DE ESTADO PARA A FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**, 2025. Disponível em:
<https://campanha.org.br/acervo/nota-da-anpae-nota-publica-em-defesa-da-instituicao-de-politica-de-estado-para-a-formacao-e-valorizacao-de-profissionais-da-educacao-basica/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

ANJOS, L. C. S.; COSTA, I. G. A contribuição do PIBID à formação docente. **II Seminário de Socialização do PIBID-UNIFAL-MG**, 2012. Disponível em:
https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C48&q=A+contribu%C3%A7%C3%A3o+do+PIBID+%C3%A0+forma%C3%A7%C3%A3o+docente&btnG=. Acesso em: 09 jun. 2025

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

AZEVEDO, J. M. L. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. Cortez. 3.ed. v. 5, p. 17-42, 2000.

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.10-32, jul./dez., 2006. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C48&q=Sociologia+das+pol%C3%ADticas+educacionais+e+pesquisa+cr%C3%ADtica+social%3A+uma+revis%C3%A3o+pe%C3%A7o+das+pol%C3%ADticas+educacionais+e+da+pesquisa+em+pol%C3%ADtica+educacional.&btnG= .

Acesso em: 10 jun. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=797>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição Federal, 1988]. **Emenda Constitucional, nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2021. In: **Revista Pesquisa FAPESP**, 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/crise-nos-programas-de-licenciatura/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2023 Notas Estatísticas**. Brasília: Inep/MEC, 2024. Disponível em: [notas-estatisticas-
censo-da-educacao-basica-2023.pdf](https://notas-estatisticas.censo-da-educacao-basica-2023.pdf). Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025**. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 15 jan. 2025. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12358-14-janeiro-2025-796897-publicacaooriginal-174105-pe.html>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 6, de 15 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre o regulamento Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas. Disponível em:

<https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=17145>.

Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Edital 01/2025. Seleção de estudantes e os procedimentos relativos à Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas, 16 jan. 2025. Disponível em:

https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/17012025_Edital_2529011_SEI_2528468_Edital_n_1_2025.pdf Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pé-De-Meia Licenciaturas**, 2025.

[Publicizado em 16 de janeiro de 2025]. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pe-de-meia-licenciaturas#:~:text=O%20Pé-de-Meia%20Licenciaturas,de%20>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro/ RJ: Francisco Alves Editora, 1992.

CANAN, S. R. PIBID: promoção e valorização da formação docente no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 04, n. 06, p. 24-43, jan./jul. 2012.

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr./jun., 2015.

Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hBsH9krxptsF3Fzc8vSLDzr/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 10 jun. 2025.

GATTI, B. Formação de professores no Brasil: características e problemas.

Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez., 2010.

Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, São Paulo, n. 100, p. 33-46, Dezembro/ Janeiro/ Fevereiro, 2013-2014. Disponível

em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/76164/79909>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GLUZ, M. P. O Novo Fundeb. É uma Vitória? Análise das disputas políticas pelo projeto do Novo Fundeb. **FINEDUCA** - Revista de Financiamento da Educação, [S. I.], v. 11, 2021. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/110856> . Acesso em: 10 ago. 2025.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n.55, nov., 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=html&lang=pt>. Acesso em:13 mar. 2025.

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.4, n.1, jan.- abr., p.186-201, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322818202_Reflexoes_sobre_o_objeto_de_estudo_da_politica_educacional_Thoughts_on_the_object_of_study_of_education_policy. Acesso em:10 jun. 2025.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem., 1996. Disponível em: <https://regeusp.com.br/paper/pesquisa-qualitativa-caracteristicas-usos-e-possibilidades/>. Acesso em: 20 out. 2023.

NÓVOA, A. Formação de Professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5, pp. 13-33. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/4758>. Acesso em:14 jul. 2025.

NÓVOA, A. Professores: O futuro ainda demora muito tempo?. Como fazer aquilo que dizemos que é preciso fazer? In: NÓVOA, A. **Professores: Imagens do futuro**. Lisboa: Educa, 2009.

PIMENTA, S. G.; ANASTISOU, L. G. C.; CAVALLET, V. J. **Docência no ensino superior: construindo caminhos**. São Paulo: UNESP, p. 267-278, 2003.

QUEIROZ, C. Crise nos programas de licenciatura: Políticas para melhorar a atratividade da carreira docente e reformular currículos são caminhos para reverter cenário de escassez de professores na educação básica brasileira. **Revista Pesquisa FAPESP**, 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/crise-nos-programas-de-licenciatura/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SANTOS, W. O. Furos no Pé-de-Meia. **A Terra é Redonda**, 08 fev. 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/furos-no-pe-de-meia/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - julho, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em:20 out. 2023.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Coleção memória da educação. Campinas: SP, Autores Associados, 2007.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHctg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWYBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2025.

TUCCILIO, A. Pé-de-Meia Licenciaturas: um incentivo justo? **Capital News**, 16 fev. 2025. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/opiniaio/pe-de-meia-licenciaturas-um-incentivo-justo/416957>. Acesso em: 07 jul. 2025.

VIEGAS, L. Estudos sobre as políticas educacionais e o ciclo de políticas na perspectiva de Ball e Bowe. **Indagatio Didactica**, vol. 6, n.3, out., 2014. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C48&q=Estudos+sobre+as+pol%C3%ADticas+educacionais+e+o+ciclo+de+pol%C3%ADticas+na+perspectiva+de+Ball+e+Bowe.&btnG=. Acesso em: 09 jun. 2025.

XIBOM BOMBOM. Compositores: Rogerio Gaspar Santos Nonato e Wesley Oliveira Rangel. Intérpretes: As Meninas. In: **Xibom Bombom**. Intérpretes: As Meninas. São Paulo: Universal Music Ltda., 1999. 1 CD. (3min47s). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/as-meninas/44262/>. Acesso em: 02 ago. 2025.